**Violência doméstica - Lei Maria da Penha -
Medidas protetivas - Natureza cautelar - Ação
principal - Não propositura - Extinção sem
resolução do mérito**

Ementa: Lei Maria da Penha. Requerimento de medidas protetivas. Natureza cautelar da medida. Não propositura da ação principal. Extinção do processo cautelar sem resolução do mérito. Decisão mantida.

- O requerimento de concessão de medidas protetivas à vítima é uma medida de natureza cautelar, que impõe restrição à liberdade de ir e vir do indivíduo e, como tal, não pode se prolongar infinitamente no tempo. Muito antes pelo contrário, tem duração temporal limitada.

- Decorridos dois anos sem que tenha sido ajuizada a ação principal para dar sustentação às medidas cautelares, extingue-se o processo sem a resolução do mérito.

Desprovemento do recurso que se impõe.

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1.0024.10.281177-5/001 -
Comarca de Belo Horizonte - Apelante: Ministério Público
do Estado de Minas Gerais - Apelado: M.S. - Vítima:
C.B.V.S. - Relator: DES. ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL**

Acórdão

Vistos etc., acorda, em Turma, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em NÃO PROVER O RECURSO.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2013. - Antônio Carlos Cruvinel - Relator.

Notas taquigráficas

DES. ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL - Presentes os pressupostos de sua admissibilidade, conhece-se do recurso.

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em face da decisão de f. 22, que indeferiu o pedido de medidas protetivas previstas na Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), em favor da ofendida C.B.V.S., julgando-se extinto o processo sem resolução do mérito, uma vez que escoado o prazo decadencial, sem que tenha havido representação.

Sustenta o representante do Órgão Ministerial, nas razões de f. 24/40, em apertada síntese, que o pedido de medida protetiva possui natureza jurídica mista, sendo uma ação autônoma, certamente desvinculada da ação penal, “[...] que necessita de procedimento próprio, no sentido de que atinja a efetividade constitucional para qual veio à luz. [...]”.

Requer, ao final, a cassação da decisão proferida e o deferimento das medidas protetivas elencadas no termo de f. 05/06.

Sem razão, porém, o apelante.

Por primeiro, deve ser observado que o Supremo Tribunal Federal, após o julgamento da ADI nº 4.424, ocorrido no dia 09.02.2012, por maioria de votos, decidiu que o representante do órgão Ministerial possui legitimidade para a propositura da ação penal por lesões corporais praticadas contra a mulher no ambiente doméstico, sendo desnecessária a representação da vítima.

Utilizando-se da técnica da interpretação conforme a Constituição Federal e objetivando dirimir interpretações diversas, ao analisar os arts. 12, I, 16 e 41 da Lei 11.340/06, entenderam os Ministros do Excelso Pretório que os delitos de lesão corporal leve e culposa, praticados contra mulher no âmbito de violência doméstica, são delitos que se processam por meio de ação penal pública incondicionada.

Malgrado a Lei 9.099/95 disponha, em seu art. 88, que “[...] além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões

culposas”, o art. 41 da Lei Maria da Penha afastou a incidência de qualquer artigo da lei dos Juizados Especiais, em se tratando de crime ocorrido em âmbito doméstico. Ficaram, dessa forma, excluídos, tanto os institutos despenalizadores, quanto a necessidade de representação da vítima na ação penal relativa aos crimes de lesão corporal leve e culposa.

Entenderam os Ministros que, ao condicionar a propositura da ação penal à representação da vítima, esvaziada restou a proteção constitucional destinada às mulheres.

Sobre o tema, o site do STF publicou um pequeno resumo contendo o entendimento dos Ministros:

Ministro Luiz Fux.

Ao acompanhar o voto do relator quanto à possibilidade de ação penal com base na Lei Maria da Penha ter início mesmo sem representação da vítima, o Ministro Luiz Fux afirmou que não é razoável exigir-se da mulher que apresente queixa contra o companheiro num momento de total fragilidade emocional, em razão da violência que sofreu.

‘Sob o ângulo da tutela da dignidade da pessoa humana, que é um dos pilares da República Federativa do Brasil, exigir a necessidade da representação, no meu modo de ver, revela-se um obstáculo à efetivação desse direito fundamental, porquanto a proteção resta incompleta e deficiente, mercê de revelar subjacentemente uma violência simbólica e uma afronta à essa cláusula pétrea’.

É importante destacar que o referido entendimento somente é aplicável em se tratando dos crimes de lesão corporal leve ou culposa no âmbito doméstico. Os demais delitos, como o de ameaça, por exemplo, continua se processando mediante representação, já que o Código Penal contém previsão expressa nesse sentido.

Registre-se, ainda, que a contravenção penal de vias de fato procede-se mediante ação pública incondicionada.

Assim, não há falar em decadência do direito de representação, conforme consignado na decisão de primeiro grau de jurisdição.

A despeito disso, deve ser mantida a decisão de extinção do processo sem a resolução do mérito, tendo em vista que não foi instaurado o procedimento criminal.

O pedido de concessão de medidas protetivas é datado de 2 de dezembro de 2010 (f. 05/06).

Com efeito, o requerimento de concessão de medidas protetivas à vítima é uma medida de natureza cautelar, que impõe restrição à liberdade de ir e vir do indivíduo e, como tal, não pode se prolongar infinitamente no tempo. Muito antes pelo contrário, tem duração temporal limitada, tratando-se de uma medida provisória e preparatória para a ação penal vindoura.

A medida cautelar visa, tão somente, garantir a efetividade da ação principal, caracterizando-se pela sua instrumentalidade e dependência desta ação principal, que deve ser ofertada em 30 (trinta) dias, se não existente uma ação em curso, *ex vi* do art. 806 do Código de

Processo Civil, adotado subsidiariamente ante a ausência de indicação de qual seria o prazo para a propositura da ação principal, após o deferimento das medidas cautelares.

Ou seja, as medidas protetivas possuem caráter eminentemente cautelar e são deferidas excepcionalmente, visando resguardar a vítima contra possíveis agressões.

Por não se tratar de uma decisão definitiva, consequentemente não pode perdurar indefinidamente no tempo, de forma autônoma, sem guardar qualquer relação com uma ação principal.

Logo, decorridos mais de trinta dias, a medida cautelar poderá ser extinta por falta de ajuizamento da ação principal para dar sustentação às medidas impostas. Consoante o disposto no art. 808, III, do CPC, extinto o processo principal, a medida cautelar perde seus efeitos.

Como já observado anteriormente, o pedido de concessão de medidas protetivas é datado de 2 de dezembro de 2010 (f. 05/06).

Com propriedade, já decidiu esta Câmara Julgadora que:

Lei Maria da Penha. Medidas protetivas deferidas. Ação principal não proposta. Extinção do processo cautelar sem julgamento do mérito. Possibilidade. - 1 - Não há, sobretudo no âmbito do direito penal, como manter indefinidamente uma medida cautelar que imponha restrições à liberdade de locomoção do indivíduo, sob pena de perpetuar um constrangimento ilegal, sem justa causa. 2 - Tendo as medidas protetivas caráter eminentemente cautelar, não ajuizada ação principal, seja ela cível ou criminal, extingue-se o processo sem o julgamento do mérito, em face da ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular, revogando-se, por conseguinte, todas as restrições impostas ao suposto ofensor. 3 - Recurso não provido (TJMG, Número do processo: 1.0324.09.076211-7/001(1). Relator: Des. Antônio Armando dos Anjos. Data do julgamento: 20.07.2010. Data da publicação: 27.08.2010).

Ainda:

Apelação criminal. Art. 129, § 9º, do CP. Medidas protetivas de urgência. Retratação da vítima. Necessidade de representação. Decadência. Ocorrência. Prosseguimento do feito cautelar. Inadmissibilidade. Necessidade de vinculação a processo principal cível ou criminal. Decisão de extinção do processo sem julgamento do mérito. Manutenção. Recurso ministerial desprovido. - Tendo as medidas protetivas caráter eminentemente cautelar, na ausência de ajuizamento de ação principal, seja ela de natureza cível ou criminal, extingue-se o processo, sem o julgamento do mérito (TJMG. AP 1.0024.09.750310-6.001. Rel. Des. Nelson Missias).

Apelação criminal. Lei 11.430/06. Medidas protetivas de urgência. Natureza excepcional e cautelar. Medidas indeferidas. Inexistência de procedimento criminal instaurado a fim de se apurar o ilícito. Longo lapso temporal decorrido desde o ocorrido. Recurso não provido. - As medidas protetivas do art. 22 da Lei 11.340/06 têm natureza excepcional/cautelar

e possuem características de urgência e preventividade. - O longo lapso temporal decorrido desde o ocorrido, aliado à inexistência de procedimento criminal a fim de se apurar a prática do ilícito, demonstra ser inconcebível o deferimento das medidas requeridas em caráter cautelar - de cunho emergencial, visando atender a uma necessidade de segurança da vítima e/ou da família e até mesmo de interesse processual (TJMG - Ap. 1.0024.10.108371-5.001 - Rel. Des. Cássio Salomé).

Ora, inexistente, nos autos, elementos a demonstrar o risco atual ou iminente de agressão, de modo a aferir a atualidade da urgência.

Ademais, realizada a audiência de justificação, a vítima declarou que não necessita das medidas protetivas e que se reconciliou com seu marido, tendo manifestado também pelo arquivamento do processo. (f. 46).

Registre-se, por fim, que não há impeditivo para que a vítima, em face de nova conduta agressiva, peça de novo a aplicação de medidas protetivas, ensejando a instauração de inquérito policial e, consequentemente, ajuizamento de ação penal.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.
Custas, *ex lege*.

DES. PAULO CÉZAR DIAS - De acordo com o Relator.

DES. ANTÔNIO ARMANDO DOS ANJOS - De acordo com o Relator.

Súmula - RECURSO NÃO PROVIDO.

...